



José Custódio de Sá e Faria, Protagonista da História Militar do Brasil Pombalino

*Silvino da Cruz Curado**

Resumo: O período pombalino serve de cenário para o conhecimento do personagem central deste artigo, único técnico português de um grupo de engenheiros, cartógrafos e astrônomos-matemáticos saído de Lisboa para a demarcação de limites no Sul do País, decorrente do Tratado de Madri (1750), e que viveu as ações do argentino D. Pedro Cevallos na ocupação da Ilha de Santa Catarina, em 1777.

Palavras-chave: Pedro Cevallos, José Custódio de Sá e Faria, Marquês de Pombal.

Em setembro passado, durante a primeira fase deste tão oportuno e mesmo indispensável encontro comemorativo, tive a honra de apresentar, no Rio de Janeiro, uma comunicação sobre duas pequenas operações ordenadas, em 1767, pelo governador e comandante militar do Rio Grande de São Pedro, José Custódio de Sá e Faria.¹ Tratava-se de ações

que tiveram lugar num espaço e num tempo muito reduzidos o que, aliado à necessidade de analisar a documentação pertinente, me terão levado a abusar dos detalhes.

Hoje, pelo contrário, procurando dar uma idéia do que foi a História Militar do Brasil no período pombalino, isto é, durante mais de um quarto de século muito ativo e num território tão extenso, corro o risco de o fazer de uma forma exageradamente sumária.

Tal como na tragédia clássica, vou recorrer a um protagonista, figura que geralmente representava, no papel principal, um notável com todas as condições para ter grandes êxitos, mas a quem um cruel destino ia armando ciladas, até o arrastar para um final trágico.

* Tenente-General do Exército português. Comunicação apresentada em 14 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

¹ *As Operações no Sul do Brasil, em 1767: "uma guerra ridícula de subalternos?"*, na qual, com base em documentação, se procura demonstrar que as referidas operações se deveram a pressões da Coroa e do Vice-Rei e não a influências localistas ou aos insuportáveis atentados dos espanhóis, como se tem escrito, nem a um "fogo desatino" de José Custódio, como Pombal o apresentou a Madri.

Escolhi, para o efeito, o referido José Custódio de Sá e Faria que, podendo não ter sido o ator principal, permaneceu no palco, com destaque, durante todo o período e dele saiu tragicamente, prisioneiro, refém ou traidor, na seqüência da ocupação, sem resistência, da Ilha de Santa Catarina, por Cevallos, em 1777, enquanto em Lisboa agonizava D. José (Quadro 1). Os bramidos do mar revolto e os assobios do forte vento pampeiro, que impediam a esquadra em que seguiu para o Prata de atacar o Rio

Quadro 1
PERÍODO POMBALINO
(coincidente com a atuação)

| 1750 | 1777 |
|---|---|
| Morre D. João V | Morre D. José I |
| Reina D. José I | Reina D ^a Maria I |
| Governa Pombal | Cai Pombal |
| Tratado de Madri | Tratado de Santo Ildefonso |
| José Custódio nomeado para o Brasil (25.10) | José Custódio levado para o Prata (28.03) |

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO:

02.08.1750 – Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra

05.05.1756 – Secretário de Estado dos Negócios do Reino

06.06.1759 – Conde de Oeiras

16.10.1769 – Marquês de Pombal

04.03.1777 – Exonerado

Grande,² deviam soar-lhe como acordes da *Força do Destino* que Verdi só comporia um século depois. Curiosamente, no Rio de Janeiro, o Vice-Rei Marquês do Lavradio escutava a mesma melodia em *piano* e, nas masmorras da Ilha das Cobras, chegava em *fortíssimo* a Antônio Carlos Furtado de Mendonça, o comandante que capitulara. Já em Portugal, ao Marquês de Pombal chegavam, ameaçadores, os ecos da abertura de *A Viradeira*.

José Custódio não era já um desconhecido quando, em 1750, foi nomeado para o Brasil, sendo o único técnico português no grupo de engenheiros, cartógrafos e astrônomos-matemáticos saído de Lisboa para a demarcação dos limites, na parte Sul, decorrentes do Tratado de Madri de 1750. Efetivamente, a partir de 1745, ainda ajudante de infantaria e partidista da Academia Militar, projetou e dirigiu a construção da cerca, jardim e aqueduto do Palácio das Necessidades. Em 1749, foi promovido a capitão engenheiro depois de, em requerimento, se considerar ao nível dos dois engenheiros militares que dirigiam as obras nucleares daquele Palácio.³ Referia-se a Eugênio dos Santos de Carvalho, que viria a ser autor do Plano da Baixa Pombalina, e ao sogro deste, Manuel da Costa Negreiros, que, entre outras obras, projetou o Palácio do Visconde de Barbacena, pai do já mencionado Antônio Carlos Furtado de

2 Após a tomada da Ilha de Santa Catarina, tencionava D. Pedro Cevallos conquistar o Rio Grande de São Pedro, mas o mau tempo desgarrou a esquadra, o que o levou a escolher como objetivo seguinte a Colônia do Sacramento, fortificação isolada em frente a Buenos Aires, que não tinha qualquer hipótese de resistir a tal força.

3 VITERBO, 1988, v. III, p. 1-4.

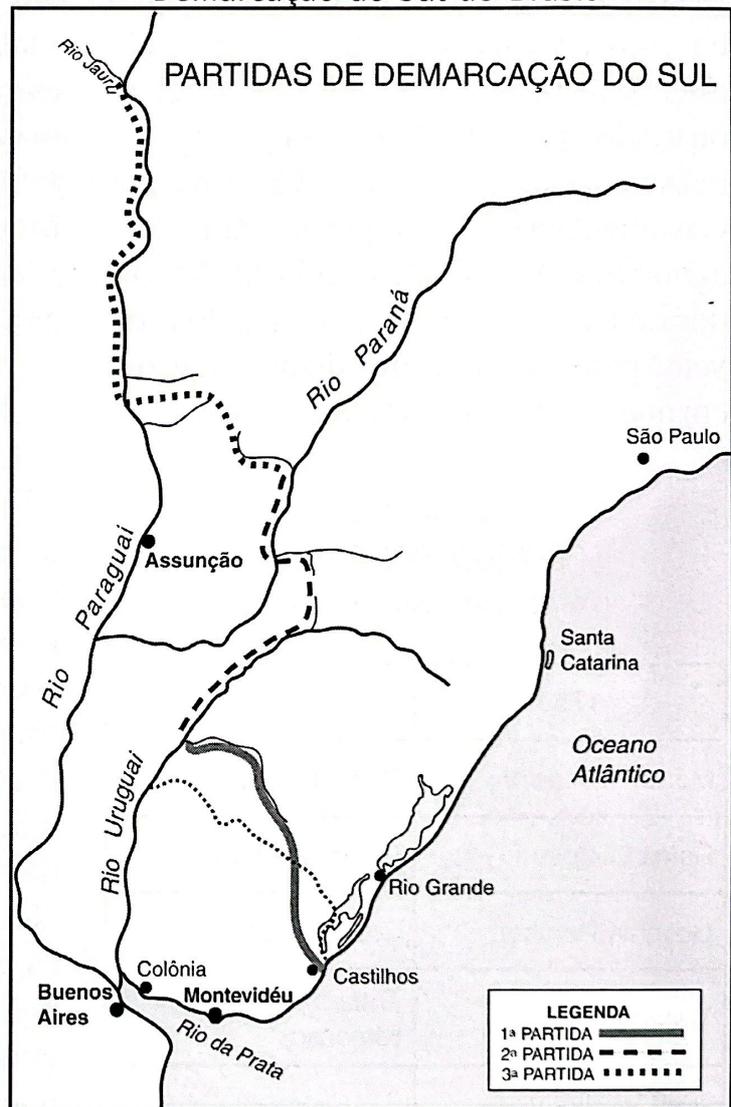
Mendonça.⁴ Trata-se do edifício onde funciona a Messe de Oficiais de Santa Clara – que a delegação brasileira irá conhecer – e fica bem próximo ao Palácio do também já referido Vice-Rei Marquês do Lavradio, atualmente ocupado pelo Supremo Tribunal Militar.

E é de supor que os cônegos e beneficiados da Sé não se atreveriam a confiar a decoração externa e interna do templo, incluindo um grandioso mausoléu para as exéquias do Magnífico, a quem não desse garantias de fazer tudo com “muita grandeza e magnificência”, como a descrita na *Gazeta de Lisboa*, que informa ter sido o desenho de José Custódio “igualmente aplicado à arquitetura civil que à militar”.

Confirmando a justeza dessas comemorações se fazerem conjuntamente entre portugueses e brasileiros e pondo em evidência a necessidade de se juntarem esforços para se investigar um passado realmente comum, convém lembrar que foi Alexandre de Gusmão, natural de Santos, o negociador oculto do Tratado de Madri, arrancado ao esquecimento da História pelo português Jaime Cortesão, então ao serviço do Brasil, e que também santis-

4 Com o posto de brigadeiro, seguiu para o Rio de Janeiro, em 1767, comandando o Regimento de Infantaria de Moura que, com o de Estremoz e o de Bragança, acompanharam o General Böhm. Depois de ter sido Governador e Capitão-General de Goiás (17.10.1770-26.07.1772) e de Minas Gerais (18.12.1772-22.05.1773) não terá gostado de, no caso de Santa Catarina, apesar de promovido a marechal-de-campo, ser nomeado apenas comandante militar, sendo governador um coronel.

Quadro 2
Esboço dos Setores das Partidas de
Demarcação do Sul do Brasil



tas eram seus irmãos, o conhecido Bartolomeu de Gusmão, da *Passarola*, e Frei João Álvares Gusmão que, na Itália, contratou alguns dos cientistas enviados com José Custódio.⁵ É a conhecida imagem de um rei que, tal como num tabuleiro de xadrez de dimensão mundial, movia as suas pedras de acordo com o valor que julgava terem, naturalmente avaliadas segundo os padrões da época.

5 CORTESÃO, 1963, p. 20-25.

Quadro 3
Esboço dos Deslocamentos e
Demarcações da 1ª Partida



José Custódio, promovido a sargento-mor, foi nomeado Primeiro Comissário da 3ª Partida, cabendo-lhe o setor que ia, por terra, do Rio Paraná ao Rio Paraguai e seguia depois, por este, até o Jauru, atravessando uma região sem qualquer presença portuguesa ou espanhola e só povoada por índios aguerridos que atacaram a expedição (Quadro 3). Depois de incontáveis trabalhos, incluindo o transporte e colocação, na foz do Jauru, de imponente marco de mármore ido de Lisboa, e da busca das origens de rios situados em zonas impenetráveis, a missão da Partida foi satisfatoriamente conseguida em acordo com os espanhóis. De tanto esforço resultou uma bela, abundante e muito precisa cartografia da região que recuperava o atraso em que

A fronteira sul do Brasil, de Castilhos Grandes, na costa, até a foz do Rio Jauru, ao norte do Pantanal, ia ser demarcada tendo como primeiro e principal Comissário, pela parte portuguesa, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro e Minas. Tão extensa distância foi dividida em três setores, cada um a cargo de uma partida, verdadeira expedição científica e militar constituída por comissários, um astrônomo, um geógrafo e outro pessoal, incluindo marinheiros e uma força militar (Quadro 2).

tínhamos caído nessa matéria, complementada por diários e relatórios que referiam aspectos da História Natural alvos da curiosidade e da ciência das Luzes.

Às ordens de José Custódio serviu o paduano Doutor Miguel Ciera, excelente cartógrafo e matemático que viria a ser o Prefeito de Estudos do Real Colégio dos Nobres, criado pelo futuro Marquês de Pombal para preparar uma nova elite de dirigentes. Entretanto, ia recorrendo para os governos ultramarinos, entre outros, a militares que se tinham evidenciado na Cam-

panha de 1762 e cujos familiares foram dos primeiros alunos do Colégio. Foi o caso de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Governador de Angola e pai do futuro Conde de Linhares;⁶ do Conde da Cunha e do Marquês do Lavradio, vice-reis do Brasil; do Morgado de Mateus e de Martim Lopes Lobo de Saldanha, governadores de São Paulo; e do já referido Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Távora, mas sem poder usar este sobrenome, freqüentava o Colégio Bernardo José Lorena, futuro governador de São Paulo e depois de Minas.

O Doutor Miguel Ciera seria ainda, em 1772, um dos fundadores da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, cujos primeiros licenciados seguiriam para o Brasil, como astrônomos, nas demarcações decorrentes do Tratado de Santo Ildefonso.⁷

É tempo de voltarmos ao Sul do Brasil, onde a Primeira e a Segunda Partidas de Demarcação não puderam realizar as respectivas tarefas, por isso se terem oposto os índios guaranis das missões jesuíticas, os quais, de acordo com o Tratado, deveriam abandonar as suas sete aldeias a oriente do Rio Uruguai e passar para território atribuído à Espanha.

Assim, enquanto José Custódio realizava o seu trabalho, teve lugar a primeira campanha da Guerra Guaranítica, na qual os portugueses, como auxiliares, marchando do Rio Pardo, e os espanhóis, com a res-

ponsabilidade da ação realizada contra súditos do seu rei, marchando de Buenos Aires, deveriam ocupar as aldeias que seriam cedidas a Portugal, sem índios, contra a entrega da Colônia do Sacramento. A operação teve de ser interrompida por dificuldades de progressão por parte dos espanhóis.

José Custódio reintegrou-se, em 10 de dezembro de 1755, na força de Gomes Freire de Andrade, da qual foi nomeado ajudante-general, a tempo de tomar parte na Segunda Campanha, com espanhóis e portugueses marchando lado a lado. Em janeiro seguinte, foi, pelo governador que para tal recebera poderes, promovido a tenente-coronel.

Sem a direção, pelo menos direta, dos padres e o comando de oficiais espanhóis a que estavam habituadas, não puderam as milícias missioneiras opor-se, com êxito, às forças luso-espanholas e as aldeias foram ocupadas. Contudo, não se conseguindo que a maioria dos guaranis aceitasse ir recomeçar a vida noutras distantes paragens, Gomes Freire não podia entregar a Colônia do Sacramento.⁸

Em março de 1757, chegou às Missões o novo Governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, que Gomes Freire logo mandou saudar pelo seu ajudante-general, José Custódio, sendo este o primeiro encontro de uma dramática relação.⁹

Devido à ausência dos demarcadores espanhóis, só entre 1758 e 1760 realizou a Segunda Partida os seus trabalhos. A Primeira Partida concluíra a sua demarcação,

6 D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conselheiro de Estado, diplomata, ministro e presidente do Real Erário, acompanhou D. João VI para o Brasil, onde desempenhou, de forma notável, o cargo de Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.

7 CARVALHO, 1959 e 1983; GOMES, 1983.

8 CURADO, 1998.

9 *Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões*, da autoria de José Custódio e transcrito em GOLIN, 1998.

entre a costa e o Rio Uruguai, em 1759, depois de José Custódio, que assumira as funções de seu Primeiro Comissário, ter conseguido vencer, pela sua competência, as divergências surgidas.

Entretanto, já Gomes Freire se tinha recolhido ao Rio de Janeiro e conferido a José Custódio poderes de seu substituto junto ao Principal Comissário espanhol e de resolução de dúvidas surgidas com a Segunda Partida – de que era Primeiro Comissário o Brigadeiro Alpoim –, fato que evidencia a alta conta em que tinha o tenente-coronel engenheiro.

No Norte, as demarcações nem sequer começaram; e no Sul, persistia a resistência dos índios à mudança. Ao futuro Pombal juntaram-se dois novos inimigos do Tratado: Cevallos e o novo Rei de Espanha, Carlos III. Logo o Tratado do Prado, de 1761, anulou o de Madri, o que já renunciava novos conflitos, e a recusa de adesão ao Pacto de Família acarretou a invasão de Portugal e a tomada, já preparada por Cevallos, da Colônia do Sacramento. Seguiu-se a do Rio Grande, incluindo a margem norte do canal que liga a Lagoa dos Patos ao Atlântico, concluída em 13 de maio de 1763, já depois de assinada a paz.

No Rio de Janeiro, José Custódio foi um dos quatro coronéis conhecedores da região que assessoraram a Junta de Governo que, por morte de Gomes Freire, teve que enfrentar a invasão. Foram muito ajustadas as instruções que remeteram ao governador do Rio Grande e ao comandante das forças encarregadas da defesa. Ordenavam que, caso não houvesse meios para resistir ao sul do Canal, retirassem para o norte do

mesmo, onde a defesa era fácil. Nem um nem outro atuaram em conformidade, perderam o controle da situação e deixaram os espanhóis com o caminho aberto para o norte e a região em completa confusão.

Tinha sido ainda Gomes Freire que, conhecendo como era necessária a Ilha de Santa Catarina para a sobrevivência do Sul, ali enviara José Custódio para reparar as fortificações construídas pelo Brigadeiro José da Silva Pais e projetar e construir outras. Recorde-se que fora Silva Pais quem, antes de ir para o Brasil, construía o Palácio de Vendas Novas para apoio da comitiva que levou à fronteira do Caia a Princesa Maria Bárbara que, quando Rainha de Espanha, teve influência decisiva no estabelecimento de um tratado de limites do Brasil que pusesse fim aos continuados conflitos entre as duas Coroas.

Regressado ao Rio de Janeiro, pouco tempo ali comandou José Custódio um regimento, pois o Conde da Cunha, primeiro vice-rei com residência naquela cidade, o nomeou, em fevereiro de 1764, Governador e Comandante Militar do Rio Grande de São Pedro, função de elevado risco nas condições difíceis que se viviam no território. Conduzia com êxito a sua missão quando, em 1767, pressionado pelo Conde da Cunha, mas em tempo que já comprometia as negociações diplomáticas da Coroa, desencadeou o ataque falhado à vila do Rio Grande e se apossou da margem norte do canal, territórios que a Espanha, contrariando o tratado de paz, se recusava a devolver. Deveria ter sido preso para responder em Lisboa por tais atos, mas a falta de um substituto capaz levou o novo vice-rei, Conde de

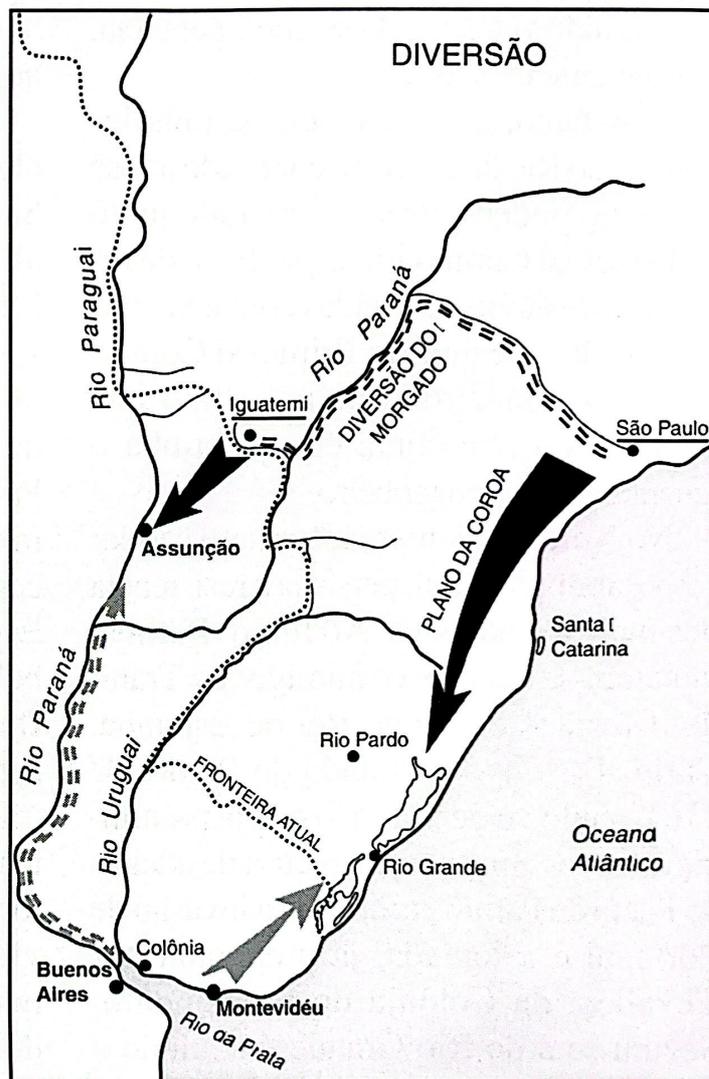
Azambuja, contrariando as renovadas ordens da Coroa, a mantê-lo na função até 1769, altura em que já se considerava que em vez de preso deveria ser premiado.

Novamente no Rio de Janeiro, já ali foi encontrar o General Böhm e os reforços enviados de Portugal, os quais, depois de uma tentativa falhada de Vertiz, novo governador de Buenos Aires, de se apossar do Forte do Rio Pardo, iriam com forças locais, em 1776, expulsar os espanhóis do Sul do Brasil.

No domínio das relações militares, tema deste encontro, convém recordar a meritória ação do Conde de Lippe,¹⁰ durante e na seqüência da Campanha de 1762, que deu ao Exército português, sem os excessos de Beresford, uma organização atualizada e apoiada em regulamentos que sobreviveram a gerações. Lippe enfatizou coisas tão elementares como sejam: a necessidade da disciplina, da realização de exercícios e inspeções, da existência de campos de manobras e de os militares serem efetivamente pagos, sendo certo que esta matéria ainda hoje tende a ser esquecida. Ora, Böhm, os governadores e outros oficiais que tinham servido com Lippe, transpuseram para o Brasil, no cumprimento de severas determinações do futuro Marquês de Pombal – mas com as adaptações impostas pelo meio –, a referida organização e doutrina, cujo espírito ainda hoje perdura nos dois lados do Atlântico, sem que nos demos conta, em muitas das normas atuais.

¹⁰ SALES, 1936.

Quadro 4
Esboço da Diversão do Morgado de Mateus



Voltemos a José Custódio, que no Rio de Janeiro elaborava, entre outros trabalhos, a planta da Igreja da Santa Cruz dos Militares e um dos planos nunca concretizados da fortificação da cidade pelo lado de terra, e consolidava inúmeros e preciosos documentos cartográficos que ainda conservava em borrões. Promovido a brigadeiro, em 1771, foi lançado, com grande risco físico e moral, num conflito já insanável, entre a Coroa e o Vice-Rei, de um lado, e o Morgado de Mateus, go-

vernador de São Paulo, do outro. Pretendia aquela, e foi em grande parte para isso que restaurara a capitania, que São Paulo reforçasse a defesa do Rio Grande, onde deveria acorrer com suas forças, e evitasse qualquer progressão dos espanhóis na direção de Minas. Pretendia o Morgado fazer uma “diversão” a partir do Forte do Iguatemi que mandara construir e dificilmente conservava, sem qualquer apoio intermediário, a mais de mil quilômetros da sua capital. Ameaçando o mal-defendido Paraguai, visava a atrair para ali efetivos espanhóis o que, enfraquecendo a frente do Rio Grande, permitiria a sua defesa pelos portugueses.¹¹ (Quadro 4).

José Custódio foi enviado para São Paulo, em 1772, onde deveria apoiar o Morgado na elaboração de um Plano de Defesa do Sul e seguir para o Iguatemi, que passaria a comandar, preparando a sua defesa e informando a Corte da sua real situação. No referido plano, o brigadeiro avalizou o conceito do governador. Este, entretanto, não lhe fornecia os meios necessários para a longa, difícil e perigosa jornada ao Iguatemi, nem mesmo depois da repetição das ordens régias, em finais do ano. Datam deste período, enquanto retido em São Paulo, belos exemplares da cartografia do Sul do Brasil e a reconstrução do Mosteiro de São Bento. Mas, em 1774, a Corte explodiu. Reprovou a “diversão” e mandou estranhar a José Custódio “o seu reprovado comportamento” por não ter cumprido “as expressas e positivas ordens”, devendo par-

11 BELLOTO, 1979.

tir imediatamente.¹² Tratava-se de violenta reprimenda.

Foi já Martim Lopes Lobo Saldanha, novo governador de São Paulo, quem, no início de 1776, recebeu no regresso do “maldito Iguatemi”, como lhe chamou, José Custódio que, entretanto, se justificara perante a Corte. Esperava-se, a todo momento, o ataque de Böhm ao Rio Grande e, temendo-se a reação espanhola, José Custódio foi logo enviado para reparar as fortificações de Santos e de outros portos da capitania, trabalhos que interrompeu por ser chamado ao Rio de Janeiro. Muito se confiava no seu valor, pelo que, quando em outubro ia partir para o Rio Grande, foi recebida ordem do Marquês de Pombal para seguir de imediato para a Bahia, que se admitiu ser o primeiro objetivo da expedição de Cevallos. Chegado àquela cidade em 22 de novembro, reembarcou no dia seguinte com destino à Ilha de Santa Catarina que Lisboa soubera, entretanto, ser aquele objetivo.

Nos dois meses de que dispôs, dirigiu a construção das obras de defesa que os escassos meios permitiam. Em 20 de fevereiro de 1777, avistou-se a imponente esquadra espanhola, da ordem de 20 navios de combate e 97 de transporte também armados, com 19 mil homens, dos quais 10 mil de desembarque. Defendiam a ilha cerca de 2 mil homens, incluindo os auxiliares, em grande parte dispersos por quatro fortifica-

12 Cartas do Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, de 22 e 21 de abril de 1774, para o Vice-Rei Marquês do Lavradio, o Morgado de Mateus e o Brigadeiro José Custódio, transcritas na Revista do IHGB, tomo XXXI – 1ª parte, p. 161-180.

ções, as quais só estavam preparadas para baterem os navios que procurassem entrar na baía. Uma pequena esquadra portuguesa que deveria participar na defesa, face a ordens contraditórias, à esmagadora superioridade do adversário e à imposição de não se deixar destruir, rumou ao Rio de Janeiro, mais desmoralizando a guarnição da ilha.

Cevallos optou por realizar um desembarque em extensa praia não-defendida.

Na ilha não se observava, de fato, o princípio da unidade de comando que uma tal situação exigia e que até era habitual no Brasil, onde os governadores das capitânicas eram também capitães-generais. Havia um coronel da confiança do vice-rei como governador e o Marechal-de-Campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, mandado vir do Governo de Minas pelo Marquês de Pombal, como salvador comandante militar, mas cuja capacidade de comando não ficou comprovada. E como se já não bastassem os atritos entre ambos, Pombal enviou, à última hora, com o peso da sua competência técnica, o Brigadeiro José Custódio. Sem subordinação à terra, havia ainda o chefe da referida esquadra. Preocupada, a Coroa limitava-se a recomendar a todos concórdia e união recíproca.¹³

Os militares, quando bem-comandados, são até capazes de praticarem impossíveis. Seria, neste caso, fazer uma defesa vigorosa que não comprometesse a retirada, de forma ordenada, da população civil e das forças para o continente, onde, previamente, deveriam ter sido tomadas algumas medi-

das. Mas não se peçam milagres aos militares, como seria o de manter a ilha naquelas circunstâncias.

José Custódio é acusado de, nos conselhos de guerra, ter demonstrado a impossibilidade da defesa e foi encarregado de negociar a capitulação com Cevallos, seu conhecido das demarcações. Depois, seguiu com ele para o Prata donde nunca regressou, evitando, assim, juntar-se, nos calabouços, aos oficiais que com ele estiveram na ilha.

Prisioneiro, refém ou traidor, o destino apanhara-o finalmente!

Cevallos, que muito o admirava, procurou aliciá-lo para o serviço de Espanha, *a que manifestó su repugnancia, que no se debe extrañar en un oficial de honor (...)*,¹⁴ conforme José Custódio escrevera. Fez, depois, depender a sua transferência de autorização de Dona Maria, no que se empenhou a Corte de Espanha, sem resultado conhecido.¹⁵

No Prata, logo se impôs na arquitetura civil, sendo autor, entre muitas outras, das plantas da catedral de Montevidéu¹⁶ e de uma nova fachada da catedral de Buenos Aires, e teve intervenção do maior relevo no urbanismo dessa cidade.¹⁷ Acabou os seus dias como brigadeiro engenheiro do Exército espanhol, tendo posto os seus conhecimentos cartográficos e do terreno na orientação técnica e aparentemente isenta das demarcações decorrentes do Tratado de Santo Ildefonso.

14 Petição de 6.11.1789, ao Rei de Espanha, referida em BARRETO, 1973, p. 488.

15 Ofício do Ministro espanhol José de Galvez, de 10.02.1779, referido em BARRETO, 1973, p. 489.

16 *Revista de la Sociedad Amigos de la Arqueología*, tomo VI, Montevidéu, 1932.

17 GOLIN, 1988, e TOLEDO, 1981.

13 Carta de Martinho de Melo e Castro para o Vice-Rei Marquês do Lavradio, de 11.07.1776. (A. H. U, Rio de Janeiro, doc. avulsa.)

Em Portugal, o Conselho de Justiça ilibou-o, em 1783, mas a rainha, a quem os autos subiram, só em 1786 mandou soltar os réus presos, ignorou José Custódio e mandou que a sentença se não publicasse, ficando aquele negócio em perpétuo esquecimento.

Sejam-me permitidas, a concluir, umas breves reflexões.

O Poder Político dispõe das Forças Armadas para o que decidir, mas as decisões dificilmente podem ser improvisadas. É indispensável haver coerência entre as ditas Forças e a política externa, sendo muito perigoso contar com milagres.

As alianças só são confiáveis enquanto os interesses das partes são realmente comuns. Em 1762, a Inglaterra, que nos arrasara para a guerra, colaborou na defesa do nosso território europeu que lhe era essencial mas desinteressou-se do que se passava no Brasil e foi surda aos apelos de Pombal para que impedisse a expedição de Cevallos.

Finalmente, faz-se indispensável evitar um clima que gere chefes militares acomodáticos ou condicionados na exposição das suas razões, sendo perigoso não ter em conta os seus pareceres técnicos. Santa Catarina não era a fortaleza que Pombal decretava, nem tinha a guarnição que proclamava. O Marechal Engenheiro Funck e o General Böhm tinham manifestado ao vice-rei, a seu pedido, a opinião que se deveria fazer a defesa num ponto adequado do continente, com todas as forças reunidas. Mac Douall, o irlandês comandante da pequena esquadra portuguesa, até indicou onde seria o desembarque. Mas, no fundo, prevalecia um espírito que se adivinha nas memórias do General Böhm quando, ainda que considerasse improvável e sem possibilidade de êxito um desembarque posterior de Cevallos no Rio Grande, escrevia: “Mas, o Marquês de Pombal a isso se referiu tão positivamente que seria imprudência ou temeridade minha não aceitar suas idéias.”¹⁸



18 Bento, 1996, p. 170.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS

• Fontes Manuscritas

Códices 415 e 567 do Arquivo Histórico Ultramarino (A. H. U.), relativa à correspondência enviada da Corte para os vice-reis deste período.

Documentação avulsa existente no A. H. U., remetida para a Corte, em especial da Capitania do Rio de Janeiro, mas também da Capitania de São Paulo e das subalternas de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento.

• Fontes Impressas

ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro, v. II: Biblioteca Nacional. Bahia, 1763-1786, v. VII. Rio de Janeiro, 1747-1755, 1914, 1936.

Correspondência relativa ao período, da Corte para os vice-reis e destes para a Corte, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomos XXXI 1ª parte, XXXIII 1ª parte, XXXV 1ª parte, e volumes 254 e 255, e na *Revista Brasília*, v. I.

CORTESÃO, Jaime (documentos organizados e comentados por). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750)*, Parte IV – Negociações, tomo I e II, Parte V – Execução do Tratado. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1960, 1963.